

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	69
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	70
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	71
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	610
Preferenciais	0
Total	610
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.279.951	1.350.812
1.01	Ativo Circulante	286.117	221.170
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.780	122.367
1.01.03	Contas a Receber	30.283	26.927
1.01.03.01	Clientes	30.283	26.927
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.044	754
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.010	71.122
1.01.08.03	Outros	79.010	71.122
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros	69.173	65.996
1.01.08.03.02	Outros créditos	9.355	3.480
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	482	1.646
1.02	Ativo Não Circulante	993.834	1.129.642
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	779.282	866.508
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50.361	89.428
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.361	89.428
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	618.872	678.754
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	618.872	678.754
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	110.049	98.326
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	108.234	98.326
1.02.01.10.05	Outros Créditos e Valores	1.815	0
1.02.04	Intangível	214.552	263.134

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.279.951	1.350.812
2.01	Passivo Circulante	298.540	429.413
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.774	3.460
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.774	3.460
2.01.02	Fornecedores	20.643	32.248
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.643	32.248
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.568	19.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.267	16.777
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	11.267	16.777
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.301	2.265
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	194.193	231.501
2.01.04.02	Debêntures	194.193	231.501
2.01.05	Outras Obrigações	66.362	56.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.485	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.485	0
2.01.05.02	Outros	59.877	56.789
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	52.388	42.830
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	674	11.881
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.075	2.078
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	3.740	0
2.01.06	Provisões	0	86.373
2.01.06.02	Outras Provisões	0	86.373
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	0	86.373
2.02	Passivo Não Circulante	612.934	553.116
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	595.644	543.082
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	45.045
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	45.045
2.02.01.02	Debêntures	595.644	498.037
2.02.04	Provisões	17.290	10.034
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.290	10.034
2.03	Patrimônio Líquido	368.477	368.283
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	199.642	199.448
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	199.642	199.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	126.928	348.433	148.299	386.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.347	-102.125	-67.449	-166.608
3.03	Resultado Bruto	94.581	246.308	80.850	220.109
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.614	-31.583	-4.135	-11.814
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.620	-31.715	-4.199	-11.984
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6	132	64	170
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	71.967	214.725	76.715	208.295
3.06	Resultado Financeiro	-10.467	-19.563	-3.088	-8.859
3.06.01	Receitas Financeiras	23.947	133.287	32.253	97.895
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.414	-152.850	-35.341	-106.754
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.500	195.162	73.627	199.436
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.955	-66.520	-25.105	-67.945
3.08.01	Corrente	-7.352	-27.453	-22.779	-65.420
3.08.02	Diferido	-13.603	-39.067	-2.326	-2.525
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.545	128.642	48.522	131.491
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	40.545	128.642	48.522	131.491
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	66,46721	210,88852	79,54426	215,55902

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	40.545	128.642	48.522	131.491
4.03	Resultado Abrangente do Período	40.545	128.642	48.522	131.491

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	146.324	116.700
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	286.987	279.542
6.01.01.01	Lucro líquido do período	128.642	131.491
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	66.520	67.945
6.01.01.03	Amortização do intangível	56.652	42.193
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debentures	57.437	57.267
6.01.01.05	Juros sobre Debentures Partes relacionadas	-39.007	-61.746
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários. e Trabalhistas	8.442	2.972
6.01.01.07	Provisão para Manutenção	12.331	35.754
6.01.01.08	Resultado de instrumentos financeiros não realizados	-4.369	2.632
6.01.01.09	Variação monetária com credores pela concessão	164	939
6.01.01.10	Baixa do intangível	132	95
6.01.01.11	Provisão para devedores duvidosos	43	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.973	-130.821
6.01.02.01	Clientes e contas a receber poder concedente	-3.399	741
6.01.02.02	Despesas antecipadas e outros ativos	-10.980	-5.708
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-12.101	-63.602
6.01.02.04	Fornecedores e prestadores de serviços e partes relacionadas	-16	69
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	314	387
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	2.042	161
6.01.02.07	Outras Contas a Pagar	997	3.583
6.01.02.08	Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas - utilização	-1.186	-304
6.01.02.09	Partes relacionadas	15.132	-4.729
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-32.776	-61.419
6.01.03	Outros	-98.690	-32.021
6.01.03.01	Provisão para Manutenção - utilização	-98.704	-32.067
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	14	46
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.791	-53.285
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-19.791	-53.285
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-76.120	-45.822
6.03.01	Debêntures - Captação	385.517	108.950
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	-337.542	-26.732
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	-38.046	-15.745
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-27.484	-113.038
6.03.05	Pagamento de Outorga Fixa	-11.385	-20.282
6.03.07	Empréstimos e Financiamentos - Captação	0	25.000
6.03.09	Pagamento de Juros de Empréstimos e financiamentos	-2.180	-3.975
6.03.10	Empréstimos e financiamentos - Pagamento de Principal	-45.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50.413	17.593
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	122.367	41.015
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.780	58.608

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	199.448	0	0	368.283
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-128.448	0	0	-128.448
5.04.08	Distribuição de Dividendos (R\$ 24,59 por ação)	0	0	-15.000	0	0	-15.000
5.04.09	Distribuição de Dividendos (R\$ 185,98 por ação)	0	0	-113.448	0	0	-113.448
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.642	0	128.642
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.642	0	128.642
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	71.000	128.642	0	368.477

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	200.962	0	0	369.797
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	200.962	0	0	369.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-129.962	0	0	-129.962
5.04.08	Distribuição de dividendos (R\$ 213,05)	0	0	-129.962	0	0	-129.962
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	131.491	0	131.491
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	131.491	0	131.491
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	71.000	131.491	0	371.326

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	381.814	419.008
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	364.386	356.277
7.01.02	Outras Receitas	13.181	13.313
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.247	49.418
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.148	-132.215
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-41.251	-57.170
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.825	-19.217
7.02.04	Outros	-10.072	-55.828
7.02.04.01	Custos da Concessão	-5.825	-6.410
7.02.04.02	Custos da Construção	-4.247	-49.418
7.03	Valor Adicionado Bruto	311.666	286.793
7.04	Retenções	-56.652	-42.193
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.652	-42.193
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	255.014	244.600
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	133.287	97.895
7.06.02	Receitas Financeiras	133.287	97.895
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	388.301	342.495
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	388.301	342.495
7.08.01	Pessoal	13.739	12.383
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.222	9.031
7.08.01.02	Benefícios	2.866	2.711
7.08.01.03	F.G.T.S.	651	641
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	104.224	105.638
7.08.02.01	Federais	85.536	87.575
7.08.02.02	Estaduais	66	77
7.08.02.03	Municipais	18.622	17.986
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	141.696	92.983
7.08.03.01	Juros	141.696	92.983
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.642	131.491
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.642	131.491

Comentário do Desempenho

3T18



Comentário do Desempenho

Press Release

Matão (SP), 14 de novembro de 2018 – A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”), concessionária de rodovias que administra 442 quilômetros no Estado de São Paulo, divulga hoje seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2018 (“3T18”) e aos primeiros nove meses de 2018 (“9M18”).

Concessionária

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. está sediada no Brasil, na Rua Marlene David dos Santos, 325, Matão, São Paulo. Constituída em 29 de abril de 1998, iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997. A Sociedade obteve em 25 de fevereiro de 2013 o registro de “companhia aberta” junto à CVM.

A Sociedade tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Araraquara, Catanduva, São José do Rio Preto, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, que totalizam 442 km de extensão.

AB Concessões S.A.

A AB Concessões é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de cinco mil quilômetros de rodovias na Itália, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A controladora AB Concessões é responsável pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%), Triângulo do Sol (100%) e, no Estado de Minas Gerais, pela Nascentes das Gerais (100%).

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

- » Greve dos caminhoneiros em maio e isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos a partir de junho de 2018.
- » A receita com arrecadação de pedágio da Companhia no 3T18 foi de R\$ 133,2 milhões (+2,1%) e R\$ 364,4 milhões no 9M18 (+2,3%).
- » A Receita Líquida¹ atingiu R\$ 125,5 milhões no 3T18, ante R\$ 123,1 milhões no mesmo período de 2017 (+1,9%). A Receita Líquida no 9M18 foi de R\$ 344,2 milhões (+2,0%).
- » O Tráfego da Companhia no 3T18 foi de 10,8 milhões de eixos equivalentes², volume 0,7% menor que o tráfego do terceiro trimestre de 2017. A variação entre o 9M18 e o 9M17 foi de +0,4%.
- » O EBITDA Ajustado³ no 3T18 foi de R\$ 98,1 milhões (-3,4%) e R\$ 274,9 milhões no 9M18 (-0,6%).

¹ Exclui as Receitas de Construção

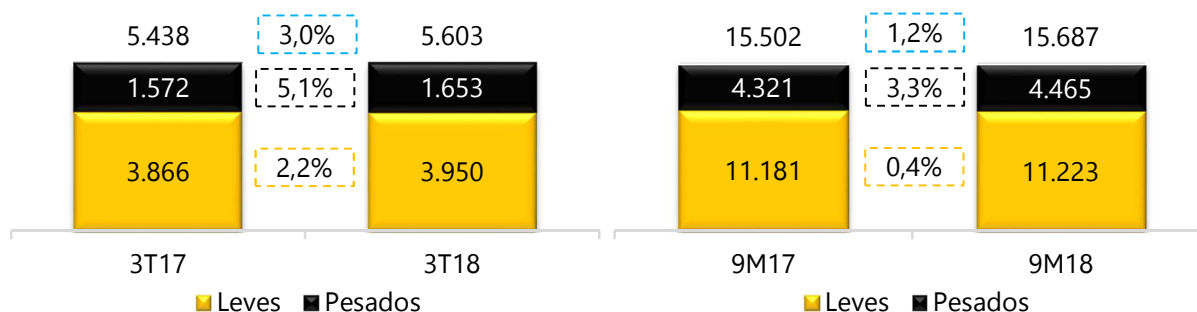
² Eixo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes de acordo com o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

³ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

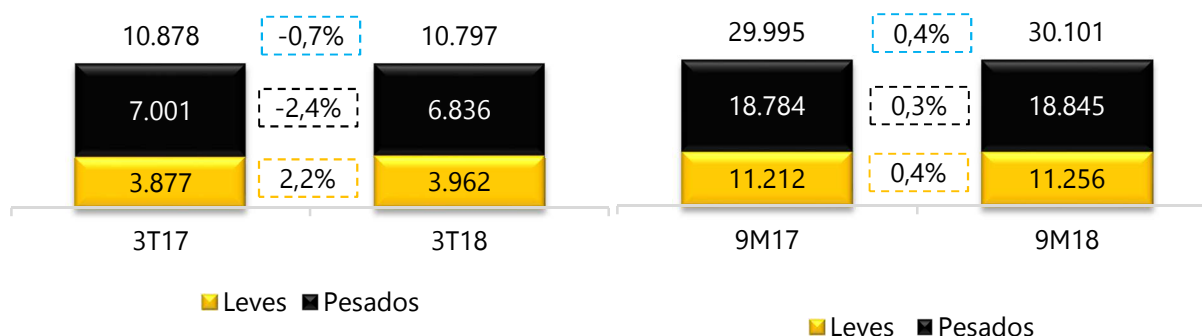
Comentário do Desempenho

Tráfego

» Em milhares de veículos



» Em milhares de eixos equivalentes



O crescimento no número de veículos que transitaram pelas rodovias da Concessionária no terceiro trimestre de 2018 foi de 3,0%. No comparativo dos primeiros nove meses o crescimento foi de 1,2%.

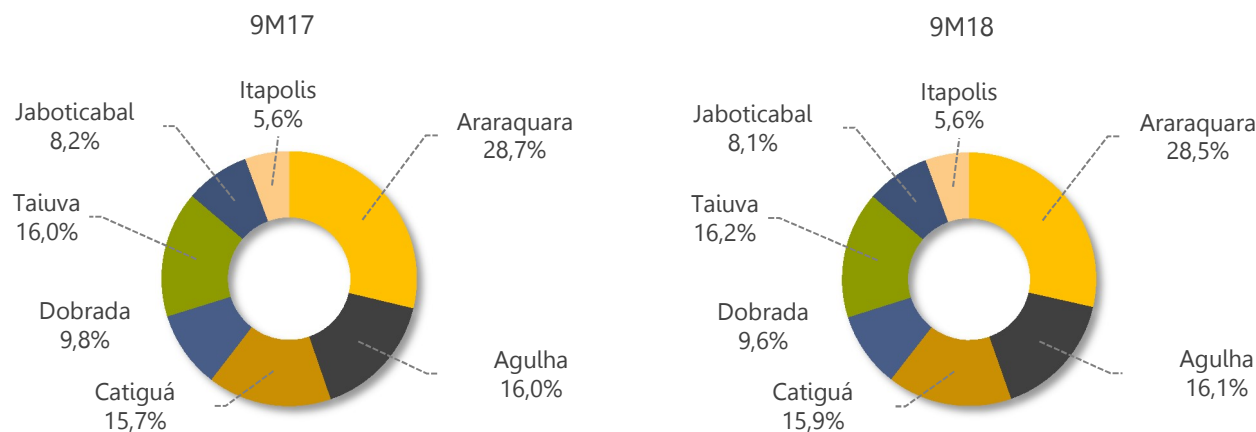
No terceiro trimestre de 2018, o tráfego da Companhia foi de 10,8 milhões de eixos equivalentes (-0,7%). O crescimento do tráfego no 9M18 foi de 0,4%.

Desde de junho de 2017, o tráfego de veículos leves e pesados vem apresentando sinais consistentes de recuperação e crescimento. Entretanto, o 9M18 foi negativamente impactado pela greve dos caminhoneiros e pelo início da isenção da cobrança de pedágio sobre os eixos suspensos (revogação da SLT4, de 22 de julho de 2013). Conforme publicação no DOESP do dia 31 de maio de 2018, "o equilíbrio das equações econômico-financeiras subjacentes aos contratos de concessão do Estado de São paulo, na extensão em que afetado pelo disposto por esta resolução (SLT-4 de 30 de maio de 2018), será recomposto nos termos da resolução ST-2 de 11 de março de 2005".

Comentário do Desempenho

O tráfego da Companhia tem sua maior concentração na rodovia SP 310 (Washington Luís), que representa aproximadamente 60,4% do volume de tráfego total, em eixos equivalentes. O corredor da Rodovia SP 310 é uma importante via de ligação entre as regiões noroeste do Estado de São Paulo e Centro Oeste do Brasil, grandes produtoras de *commodities* do agronegócio, e a região metropolitana da cidade de São Paulo e o Porto de Santos.

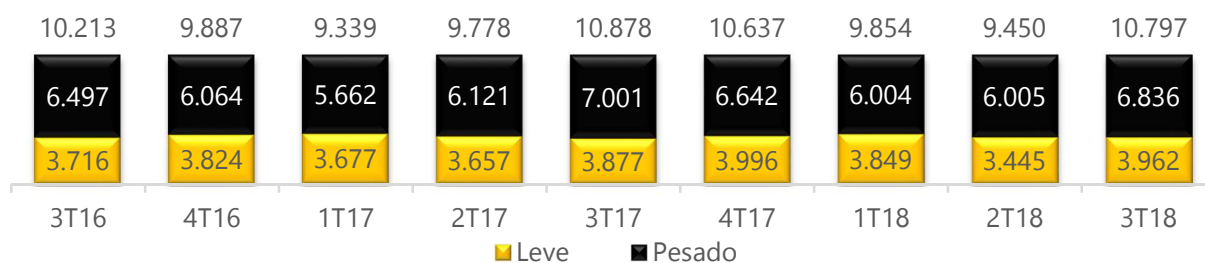
» Tráfego por praça em eixos equivalentes



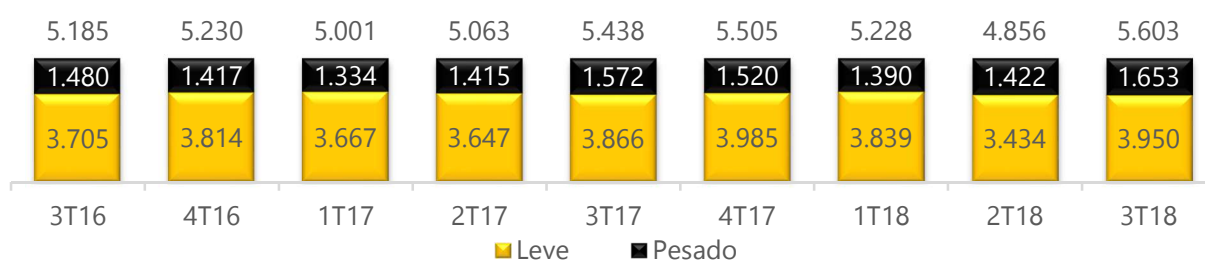
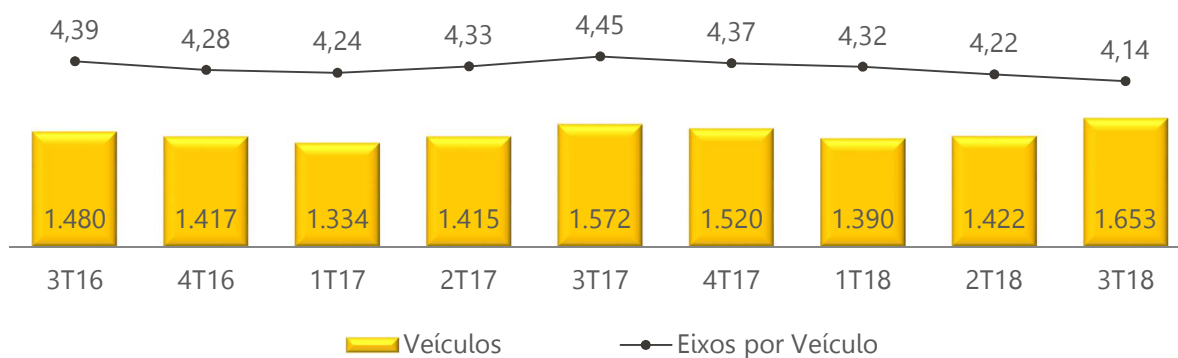
Comentário do Desempenho

» Histórico

Eixos Equivalentes (mil)



Veículos (mil)

Eixos por Veículo Pesado⁴

⁴ O valor de eixos por veículo pesado é o resultado da divisão de eixos equivalente pesados por veículos pesados

Comentário do Desempenho

Tarifa Média⁵

A tarifa média por eixo equivalente da Companhia no 9M18 foi de R\$ 12,11 (+1,9%). A tabela abaixo apresenta a tarifa de cada praça de pedágio da Concessionária:

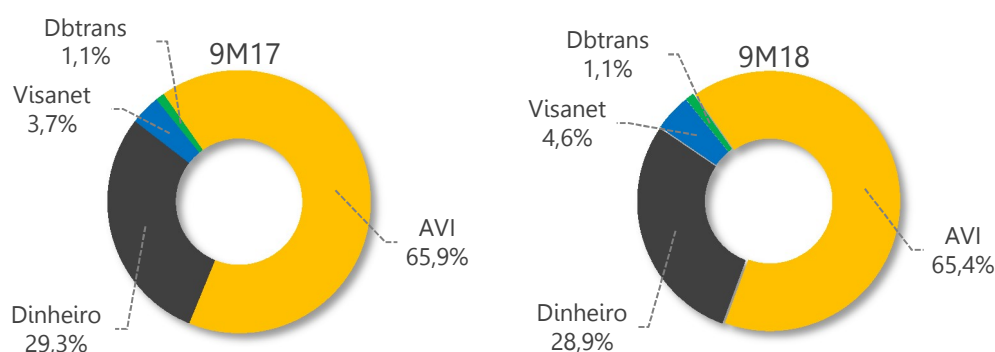
Praça de Pedágio	Tarifa vigente até 30/06/2018	Tarifa a partir de 01/07/2018
Araraquara	15,70	16,20
Agulha	10,60	10,90
Catiguá	14,90	15,30
Dobrada	8,20	8,40
Taiúva	7,50	7,70
Jaboticabal	12,80	13,10
Itápolis	7,10	7,30

No dia 26 de junho de 2018, foi autorizado pela ARTESP o reajuste do valor da Base Tarifária Quilométrica com percentual de 2,85%, baseado na evolução do IPCA entre junho/2017 e maio/2018, para vigorar a partir de 01 de julho de 2018.

Receita

Receita (R\$ Mil)	3T17	3T18	Var %	9M17	9M18	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	130.521	133.216	2,1%	356.277	364.386	2,3%
Receita de construção	25.155	1.457	-94,2%	49.418	4.247	-91,4%
Outras receitas	4.326	4.331	0,1%	13.049	12.918	-1,0%
Receita Bruta	160.002	139.004	-13,1%	418.744	381.551	-8,9%
Imposto sobre a Receita e outras deduções	(11.703)	(12.076)	3,2%	(32.027)	(33.118)	3,4%
Receita Operacional Líquida	148.299	126.928	-14,4%	386.717	348.433	-9,9%
Receita Operacional Líquida (ex Construção)	123.144	125.471	1,9%	337.299	344.186	2,0%

A receita líquida da Companhia no terceiro trimestre de 2018 foi de R\$ 125,5 milhões (+1,9%) e R\$ 344,2 milhões no 9M18 (+2,0%). Nos primeiros nove meses de 2018, 65,4% das receitas de pedágio foram arrecadadas por meio de dispositivos eletrônicos (AVI) e 34,7% por meio manual.



⁵ A tarifa média é obtida através da divisão entre a receita de pedágio e o número total de eixos equivalentes.

Comentário do Desempenho**Custos e Despesas Operacionais**

Custos Inerentes à Operação (R\$ Mil)	3T17	3T18	Var %	9M17	9M18	Var %
Funcionários	(5.315)	(5.143)	-3,2%	(15.090)	(15.064)	-0,2%
Materiais e equipamentos	(2.367)	(2.620)	10,7%	(7.310)	(8.114)	11,0%
Exploração da concessão	(2.002)	(2.066)	3,2%	(5.471)	(5.661)	3,5%
Prestadores de serviços	(3.566)	(4.012)	12,5%	(10.508)	(12.002)	14,2%
Outras despesas	(3.076)	(8.762)	184,7%	(8.588)	(14.526)	69,1%
Vendas de imobilizado/sucata	62	6	-90,3%	170	132	-22,4%
Sub total	(16.266)	(22.597)	38,9%	(46.797)	(55.235)	18,0%
Despesas de amortização	(16.225)	(22.672)	39,7%	(42.193)	(56.652)	34,3%
Sub total	(32.491)	(45.269)	39,3%	(88.990)	(111.887)	25,7%
Despesas relacionadas a ampliações e manutenção (R\$ Mil)	3T17	3T18	Var %	9M17	9M18	Var %
Conserva, manutenção e operação da rodovia	(5.269)	(4.757)	-9,7%	(14.002)	(14.096)	0,7%
Provisão para manutenção	(8.671)	(3.478)	-59,9%	(26.012)	(3.478)	-86,6%
Despesas com construção	(25.155)	(1.457)	-94,2%	(49.418)	(4.247)	-91,4%
Sub total	(39.095)	(9.692)	-75,2%	(89.432)	(21.821)	-75,6%
Total custos e despesas operacionais	(71.584)	(54.961)	-23,2%	(178.422)	(133.708)	-25,1%

EBITDA

EBITDA (R\$ Mil)	3T17	3T18	Var %	9M17	9M18	Var %
Receita líquida	148.299	126.928	-14,4%	386.717	348.433	-9,9%
Receita de construção	(25.155)	(1.457)	-94,2%	(49.418)	(4.247)	-91,4%
Receita Líquida (ex receita de construção)	123.144	125.471	1,9%	337.299	344.186	2,0%
Custos operacionais	(71.584)	(54.961)	-23,2%	(178.422)	(133.708)	-25,1%
Custos de construção	25.155	1.457	-94,2%	49.418	4.247	-91,4%
Custos Operacionais (ex custos de construção)	(46.429)	(53.504)	15,2%	(129.004)	(129.461)	0,4%
EBIT	76.715	71.967	-6,2%	208.295	214.725	3,1%
Depreciação e amortização	16.225	22.672	39,7%	42.193	56.652	34,3%
EBITDA	92.940	94.639	1,8%	250.488	271.377	8,3%
Provisão para manutenção	8.671	3.478	-59,9%	26.012	3.478	-86,6%
EBITDA Ajustado	101.611	98.117	-3,4%	276.500	274.855	-0,6%
Margem EBITDA Ajustado	82,5%	78,2%	-5,2%	82,0%	79,9%	-2,6%

O EBITDA ajustado⁶ da Companhia foi de R\$ 98,1 milhões no terceiro trimestre de 2018 (-3,4%) e R\$ 274,9 milhões no 9M18 (-0,6%).

⁶ O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, excluindo provisão para manutenção de rodovias. A Administração da Companhia entende que o EBITDA Ajustado é um indicador mais adequado para análise do desempenho econômico operacional da Companhia, já que exclui as alterações contábeis sem efeito caixa que podem afetar pontualmente os resultados. A Margem EBITDA ajustada é a divisão entre o EBITDA ajustado e a Receita Líquida (excluindo a receita de construção).

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

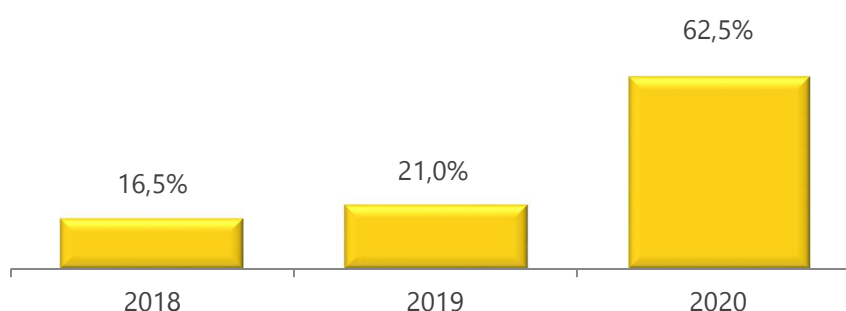
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3T17	3T18	Var %	9M17	9M18	Var %
Receita com rend. de aplicações financeiras e outras	1.433	2.504	74,7%	4.669	6.903	47,8%
Juros com partes relacionadas	18.778	11.457	-39,0%	61.746	39.007	-36,8%
Receita com operações de instrumentos financeiros	12.042	5.952	-50,6%	31.480	13.108	-58,4%
Outras receitas financeiras	-	4.034	100,0%	-	74.269	100,0%
Receitas Financeiras	32.253	23.947	-25,8%	97.895	133.287	36,2%
Juros e variações monetárias sobre debêntures	(16.819)	(21.234)	26,3%	(57.364)	(57.437)	0,1%
Despesa com operações de instrumentos financeiros	(13.436)	(7.636)	-43,2%	(34.112)	(83.006)	143,3%
Outras despesas financeiras	(5.086)	(5.544)	9,0%	(15.278)	(12.407)	-18,8%
Despesas Financeiras	(35.341)	(34.414)	-2,6%	(106.754)	(152.850)	43,2%
Resultado Financeiro Líquido	(3.088)	(10.467)	239,0%	(8.859)	(19.563)	120,8%

O resultado financeiro da Companhia foi de -R\$ 10,5 milhões no 3T18 e -R\$ 19,6 milhões no 9M18.

Endividamento

Endividamento (R\$ Mil)	31/12/2017	30/09/2018	Var %
Debêntures			
2ª emissão (primeira série)	160.144	134.730	-15,9%
2ª emissão (segunda série)	250.837	263.453	5,0%
3ª emissão	122.345	-	-100,0%
4ª emissão	204.371	-	-100,0%
5ª emissão	-	398.644	100,0%
Custos de Transação	(8.159)	(6.990)	-14,3%
Total Debêntures	729.538	789.837	8,3%
CCB	45.045	-	-100,0%
Caixa	122.367	172.780	41,2%
Dívida Líquida	652.216	617.057	-5,4%

» Cronograma de Amortização das Dívidas



Rating

Rating em escala nacional	S&P	Moody's	Fitch
2ª emissão	brAAA	A3.br	A (bra)
5ª emissão	brAA+	n.a.	n.a.
Última atualização	jul/18	ago/18	abr/18

Comentário do Desempenho

Derivativos

A Companhia contratou, em junho de 2013, operações de swap para a troca de taxa da variação do IPCA mais 5,40% ao ano (2ª série da 2ª emissão de debêntures) por variação do CDI mais 0,73% em média ao ano.

Derivativos (R\$ Mil)	Início	Vencimento	Posição	Valor justo (31/12/2017)	Valor justo (30/09/2018)	Efeito acumulado
	12/06/13	15/04/20	IPCA + 5,40%	33.360	35.337	1.977
	12/06/13	15/04/20	IPCA + 5,40%	173.473	183.751	10.278
	12/06/13	15/04/20	IPCA + 5,40%	43.196	45.755	2.559
Total Ativo				250.029	264.843	14.813
	12/06/13	15/04/20	CDI + 0,74%	24.561	26.114	1.553
	12/06/13	15/04/20	CDI + 0,72%	127.666	135.738	8.072
	12/06/13	15/04/20	CDI + 0,75%	31.806	33.817	2.011
Total Passivo				184.033	195.669	11.636
Instrumentos derivativos, líquidos						3.177
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)						4.932
Pagamento de instrumento financeiro						0
Efeito acumulado no período						8.110

Offset Swap

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88% em média ao ano (ponta ativa).

Lucro Líquido

O lucro líquido no 3T18 foi de R\$ 40,5 milhões (-16,4%) e R\$ 128,6 milhões no 9M18 (-2,2%).

Comentário do Desempenho

Governança Corporativa

Em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destacamos as principais práticas adotadas atualmente pela Companhia:

» Conselho de Administração

- O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e prestação de contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.
- Formado por membros distintos da diretoria da Companhia, com experiência em finanças, operações rodoviárias e engenharia.
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões
- Com o cargo de presidente do Conselho ocupado por pessoa distinta da Direção do Negócio

» Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras
- Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

» Transparência e Gestão

- Adoção de melhores práticas de divulgação de informações e resultados
- Política de divulgação e uso de informações que estabelece normas e procedimentos a serem observados na divulgação de atos e fatos relevantes por parte da Companhia
- Existência de website de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente e tempestiva das informações e resultados da Companhia

Comentário do Desempenho

Responsabilidade Socioambiental



Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe constantemente em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. A atuação do Grupo reconhece seu papel como protagonista ao colaborar com o

desenvolvimento socioeconômico das comunidades por onde passam suas rodovias, com a segurança e a condução segura dos veículos e com a redução dos impactos ambientais de suas operações.

Para tanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado, especialmente, a programas que valorizam a integridade, a segurança nas vias, e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, efetiva um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado das ocorrências no perímetro da malha viária concedida e que tem servido de base para a elaboração de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa aponta os principais pontos críticos nas vias. Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as prováveis causas, e elabora a estratégia a ser aplicada a fim de evitar novos acidentes.

Além das melhorias em estrutura viária e operacionais, a AB Triângulo do Sol também realiza diversas campanhas educativas e preventivas para os usuários e moradores de cidades próximas das rodovias, por meio do Plano de Redução de Acidentes (PRA), um programa que visa promover a educação no trânsito para os mais diversos públicos como caminhoneiro, ciclista, motociclista, pedestre, alunos dos ensinos fundamental e médio, motoristas e comunidade. O foco é promover a cidadania e diminuir acidentes por meio da conscientização.

Comentário do Desempenho

Apresentação dos Resultados

As informações financeiras e operacionais são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações Trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Comentário do Desempenho**Demonstração do resultado**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em milhares de reais - R\$)	01/07 a 30/09/2018	01/01 a 30/09/2018	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	126.928	348.433	148.299	386.717
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(32.347)	(102.125)	(67.449)	(166.608)
LUCRO BRUTO	94.581	246.308	80.850	220.109
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	(22.620)	(31.715)	(4.199)	(11.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	6	132	64	170
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	71.967	214.725	76.715	208.295
Receitas financeiras	23.947	133.287	32.253	97.895
Despesas financeiras	(34.414)	(152.850)	(35.341)	(106.754)
RESULTADO FINANCEIRO	(10.467)	(19.563)	(3.088)	(8.859)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	61.500	195.162	73.627	199.436
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	(7.352)	(27.453)	(22.779)	(65.420)
Diferidos	(13.603)	(39.067)	(2.326)	(2.525)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	40.545	128.642	48.522	131.491
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$	66,47	210,89	79,54	215,56

Comentário do Desempenho**Balanço patrimonial**

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais - R\$)	30/09/2018	31/12/2017
ATIVOS		
CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	172.780	122.367
Contas a receber de clientes	30.283	26.927
Partes relacionadas	482	1.646
Instrumentos financeiros derivativos	69.173	65.996
Outros ativos	13.399	4.234
Total dos ativos circulantes	286.117	221.170
NÃO CIRCULANTES		
Debêntures com partes relacionadas	618.872	678.754
Depósitos e bloqueios judiciais	108.234	98.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.361	89.428
Intangível	214.552	263.134
Outros créditos e valores	1.815	-
Total dos ativos não circulantes	1.815	-
TOTAL DOS ATIVOS	287.932	221.170
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTES		
Debêntures	194.193	231.501
Fornecedores	20.643	32.248
Partes relacionadas	6.485	-
Obrigações fiscais	13.568	19.042
Credor pela concessão	674	11.881
Provisão para manutenção	-	86.373
Obrigações sociais e trabalhistas	3.774	3.460
Dividendos a pagar	52.388	42.830
Outras contas a pagar	3.075	2.078
Instrumentos financeiros derivativos	3.740	-
Total dos passivos circulantes	298.540	429.413
NÃO CIRCULANTES		
Empréstimos e financiamentos	-	45.045
Debêntures	595.644	498.037
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.290	10.034
Total dos passivos não circulantes	612.934	553.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	71.000	71.000
Reservas de capital	97.835	97.835
Reservas de lucros	199.642	199.448
Total do patrimônio líquido	368.477	368.283
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.279.951	1.350.812

Comentário do Desempenho**Demonstração dos fluxos de caixa**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais - R\$)	30/09/2018	30/09/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	128.642	131.491
Ajustes para conciliar o lucro líquido do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	66.520	67.945
Amortização do intangível	56.652	42.193
Baixa do intangível	132	95
Juros sobre debêntures passivas e empréstimos e financiamentos	57.437	57.267
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes relacionadas	(39.007)	(61.746)
Provisão para manutenção	12.331	35.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	43	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	8.442	2.972
Variação monetária com credores pela concessão	164	939
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	(4.369)	2.632
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	(3.399)	741
Partes relacionadas	15.132	(4.729)
Outros ativos	(10.980)	(5.708)
Depósitos e bloqueios judiciais	(12.101)	(63.602)
Fornecedores e partes relacionadas	(16)	69
Obrigações sociais e trabalhistas	314	387
Obrigações fiscais	2.042	161
Provisão para manutenção - utilização	(98.704)	(32.067)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(1.186)	(304)
Apropriação da outorga variável	14	46
Outras contas a pagar	997	3.583
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(32.776)	(61.419)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	146.324	116.700
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(19.791)	(53.285)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(19.791)	(53.285)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos	(27.484)	(113.038)
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	-	25.000
Pagamento de principal	(45.000)	
Pagamento de juros de empréstimos	(2.180)	(3.975)
Debêntures:		
Captações	385.517	108.950
Pagamento de principal	(337.542)	(26.732)
Pagamento de juros	(38.046)	(15.745)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	
Pagamento da outorga fixa	(11.385)	(20.282)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(76.120)	(45.822)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	50.413	17.593
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	122.367	41.015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	172.780	58.608

Comentário do Desempenho

Contate RI:

Alexandre Tujisoki
diretor financeiro e de
relações com investidores
+55 (11) 3508-9600

Fábio Moura e Silva
gerente financeiro
+55 (11) 3508-9608

Stefano Colapaoli
supervisor financeiro
+55 (11) 3508-9616

Augusto Ishikawa
analista financeiro
+55 (11) 3508-9634

www.abtriangulodosol.com.br
ri@triangulodosol.com.br



Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o Trimestre e período findos em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A. por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia, ("Grupo").

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER., compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o período de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual em base anual, com o Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico, e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 26 de junho de 2018, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 2,86%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2018.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Esse valor tem sido reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento é efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês. Essa obrigação está registrada na rubrica “Credor pela concessão” e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica “Direito de exploração”, classificada no ativo intangível;
- Valor variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

As intervenções para recuperação e manutenção do sistema rodoviário ocorrem, em média, a cada quatro anos, tendo a intervenção atual sido iniciada em janeiro de 2014. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão. As estimativas de investimentos são registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e são segregadas levando-se em consideração os investimentos que geram potencial de receita adicional e são registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente. Em 30 de setembro de 2018, não há previsão de investimentos a serem realizados considerando tais critérios.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por cinco anos para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Com a finalidade de atender às obrigações de conservação do pavimento do contrato de concessão, a Administração revisou, em dezembro de 2014, o plano de investimento da Companhia. Os trabalhos de manutenção profunda que garantem maior durabilidade do pavimento foram antecipados a fim de garantir um melhor aproveitamento de recursos, maior benefício econômico-financeiro e operacionalidade da infraestrutura.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Capital circulante negativo

Em 30 de setembro de 2018, o passivo circulante supera o ativo circulante no montante de R\$12.423 (R\$207.982 em 2017). Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia gerou caixa oriundo de atividades operacionais que, somado ao caixa disponível, e mais novos financiamentos, permitiu que os compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente às suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos financiamentos com instituições financeiras ou acessar o mercado de capitais. Caso os financiamentos não sejam obtidos, a Companhia contará, ainda, com o aporte de capital de sua controladora.

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e, dessa forma, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, divulgadas em 21 de março de 2018.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

Base de mensuração, moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das informações financeiras intermediárias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que tenham risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisões para manutenção, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias, estão descritas a seguir:

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento—Continuação

a) *Contabilização do Contrato de Concessão*

Na contabilização do Contrato de Concessão, conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão recebeu o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta interpretação técnica, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) *Momento de reconhecimento do ativo intangível*

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

c) *Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão*

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que os ativos intangíveis estão disponíveis para uso.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

Uso de estimativa e julgamento--Continuação

d) *Determinação das receitas de construção*

Quando a Companhia presta serviços de construção deve reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade as normas internacionais de contabilidade-IFRS. A Companhia reconheceu como receita de construção no trimestre e período findo em 30 de setembro de 2018 os montantes de R\$1.457 e R\$4.247, respectivamente (R\$25.155 e R\$49.418 em 2017), e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço da obra ("stage of completion"), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

e) *Provisão para manutenção referente ao Contrato de Concessão*

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do período ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado. A classificação tem por base tanto o modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos, quanto as características dos fluxos contratuais dos ativos.

A Companhia reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria empréstimos e recebíveis, descritos como segue:

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Companhia são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota 3), contas a receber de clientes (nota 4), depósitos e bloqueios judiciais (nota 14), debêntures - partes relacionadas (nota 5) e outros ativos, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) *Caixa e equivalentes de caixa*

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por período inferior a 90 dias da data da aquisição.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

b) *Contas a receber de clientes e do poder concedente*

Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.

c) *Debêntures com partes relacionadas*

Inclui principal e juros a receber até a data do balanço conforme os termos dos contratos descritos na nota 5.

2.1. Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Companhia reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. Por tratar-se de uma única concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.3. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis--Continuação

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no período findo em 30 de setembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.4. Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros passivos

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos e debêntures

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 6% ao ano, conforme critérios divulgados na nota 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo da concessão.

d) Instrumentos de "hedge"

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com juros das debêntures como "hedge" de valor justo. No início da relação de "hedge", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto de "hedge" com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de "hedge". Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de "hedge", atribuível ao risco sujeito a "hedge". A nota 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de "hedge" de valor justo.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Instrumentos financeiros passivos--Continuação

"Hedge" de valor justo: "hedge" de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como "hedge" de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de "hedge" atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do "hedge" é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de "hedge". O ajuste ao valor justo do item objeto de "hedge", oriundo do risco de "hedge", é registrado no resultado a partir dessa data.

2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são calculadas sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim dos períodos. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, bem como créditos fiscais referentes ao benefício de ativo intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados pelo período remanescente do contrato de concessão. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de exploração, dos riscos cíveis e trabalhistas e dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis, conforme a nota 6.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos--Continuação

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. Os ativos e passivos fiscais diferidos podem ser compensados com obrigações tributárias caso haja o direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, desde que se relacionem a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.8. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota 14.

2.9. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Reconhecimento de receita

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota 2.d).

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.11. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação da Companhia durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todos os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam ser convertidos em ações da Companhia e que causariam efeito de diluição.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária.

2.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das informações financeiras intermediárias e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às informações financeiras intermediárias de acordo com as IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda estão em vigor

A seguinte nova norma, alteração e interpretação de norma foi emitida pelo IASB, mas não está em vigor para o exercício de 2018. Muito embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada como uma faculdade dos administradores das companhias, no Brasil os entes reguladores, dentre eles, a CVM, têm vedado essa antecipação, para resguardar a comparabilidade entre empresas de um mesmo setor.

Referente ao IFRS 16 - "Leasing", a norma requer um único modelo de contabilização de "lease", em que todos os contratos são reconhecidos nos balanços das arrendatárias (ativo pelo direito de uso e passivo pela obrigação financeira); dessa forma, não se faz necessária a análise das características do contrato para classificação entre financeiro e operacional. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou e mensurou os impactos na adoção dessa norma. Com base em avaliações preliminares a Companhia não espera que essa alteração tenha efeito significativo sobre as informações financeiras intermediárias.

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na nota 2.13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na nota 2.13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não há impactos relevantes para Companhia

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e contas bancárias	2.526	3.514
Aplicações financeiras (*)	170.254	118.853
Total	172.780	122.367

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 95% a 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	30/09/2018	31/12/2017
Pedágio eletrônico (a)	30.136	27.058
ARTESP - ressarcimento (b)	3.710	3.121
Outros valores a receber	998	1.266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.561)	(4.518)
Total	30.283	26.927

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide nota 21.c).

(b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
Em 1º de janeiro de 2018	(4.518)	(956)
Adições a provisão no período	(1.440)	(3.562)
Reversões no período	1.397	-
Em 30 de setembro de 2018	(4.561)	(4.518)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	30/09/2018	31/12/2017		
Ativo circulante				
Adiantamento – controladora				
AB Concessões S.A. (b)	-	1.039		
Outras partes relacionadas				
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	482	607		
	<u>482</u>	<u>1.646</u>		
Ativo não circulante				
Controladora:				
AB Concessões S.A. (a)	618.872	678.754		
	<u>619.354</u>	<u>680.400</u>		
Passivo circulante				
Dividendos a pagar – controladora				
AB Concessões S.A.	52.388	42.830		
Fornecedores - outras partes relacionadas				
AB Concessões S.A. (b)	6.485	-		
	<u>58.873</u>	<u>42.830</u>		
Transações	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/17	01/01 A 30/09/2017
Custo dos serviços prestados				
Outras partes relacionadas				
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(2.525)	(8.370)	(2.673)	(7.797)
Despesas administrativas				
Controladora				
AB Concessões S.A. (d)	(2.480)	(7.610)	(2.145)	(6.355)
Receitas financeiras				
Controladora				
AB Concessões S.A. (a)	<u>11.457</u>	<u>39.008</u>	<u>18.779</u>	<u>61.746</u>

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a então controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essa conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Companhia, das debêntures privadas, 2ª emissão, descritas na nota 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014 e, posteriormente, para 15 de outubro de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1,6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A, empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 15, com a compensação, no valor de R\$98.889.

- (b) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados à contabilidade e assessoria jurídica, entre outros.
- (c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias pagos antecipadamente.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

5. Partes relacionadas--Continuação

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa nos trimestres e períodos findos em 30 de setembro de 2018 foram de R\$349 e R\$1.338, respectivamente R\$352 e R\$1.539 em 30 de setembro de 2017), os quais fazem parte da remuneração anual dos administradores aprovada pela Assembleia Geral.

	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/17	01/01 A 30/09/2017
Salários	260	812	262	942
Encargos	89	269	90	318
Outros benefícios	-	257	-	279
Total	349	1.338	352	1.539

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	30/09/2018	31/12/2017
Crédito de imposto		
Diferença temporária:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.	17.290	10.034
Obrigações Fiscais	13.792	11.658
Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição social	2.694	-
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	41.354	52.301
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.561	4.518
Provisão de Manutenção	-	75.164
Base de cálculo	79.691	153.675
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	27.095	52.250
Benefício fiscal incorporado (ii)	49.301	62.351
Total dos créditos	76.396	114.601
Débito de imposto		
Diferença temporária:		
Ajuste a valor presente líquido (iii)	7.256	7.920
Instrumentos financeiros derivativos	62.327	57.958
Encargos financeiros antecipados (iv)	6.990	8.159
Base de cálculo	76.573	74.037
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	26.035	25.173
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	50.361	89.428

Notas Explicativas**Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.**

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

6. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- (i) O montante de R\$41.354 em 30 de setembro de 2018 (R\$52.301 em 31 de dezembro de 2017) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até julho de 2021, prazo final da concessão.
- (iii) O montante de R\$7.256 em 30 de setembro de 2018 (R\$7.920 em 31 de dezembro de 2017) foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente.
- (iv) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidas na liberação das debêntures, conforme nota 8.

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	30/09/18	31/12/2017
2018	18.625	38.406
2019	22.363	29.495
2020	22.363	29.495
2021	13.045	17.205
	76.396	114.601

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/2017	01/01 A 30/09/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	61.501	195.162	73.627	199.436
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.910)	(66.355)	(25.033)	(67.808)
Diferenças permanentes	(45)	(165)	(72)	(137)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.955)	(66.520)	(25.105)	(67.945)
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(7.352)	(27.453)	(22.779)	(65.420)
Diferidos	(13.603)	(39.067)	(2.326)	(2.525)
	(20.955)	(66.520)	(25.105)	(67.945)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

7. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	74.375	827.015	3.137	904.527
Aquisições	-	55.146	224	55.370
Baixas	-	(588)	-	(588)
Saldos em 30 de setembro de 2017	74.375	881.573	3.361	959.309
Saldos em 31 de dezembro de 2017	74.375	885.775	3.411	963.561
Aquisições	-	8.184	18	8.202
Baixas	-	(607)	-	(607)
Saldos em 30 de Setembro de 2018	74.375	893.352	3.429	971.156

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(61.205)	(577.927)	(2.878)	(642.010)
Amortização	(2.468)	(39.597)	(128)	(42.193)
Baixas	-	493	-	493
Saldos em 30 de setembro de 2017	(63.673)	(617.031)	(3.006)	(683.710)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(64.258)	(633.130)	(3.039)	(700.427)
Amortização	(2.603)	(53.955)	(94)	(56.652)
Baixas	-	475	-	475
Saldos em 30 de Setembro de 2018	(66.861)	(686.610)	(3.133)	(756.604)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31/12/2017	9.805	252.957	372	263.134
Saldos em 30/09/2018	7.514	206.742	296	214.552
Taxa média (a.a.)	4,35%	28,22%	20%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A Administração da Companhia não identificou risco de não recuperação desses ativos em 30 de setembro de 2018.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

8. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	30/09/2018	31/12/2017
2ª emissão: (a)					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	134.730	160.144
2ª série (b)	36.705	IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	263.453	250.837
3ª emissão:	11.000	100% CDI + 1,70% a.a.	Janeiro/2019	-	122.345
4ª emissão:	20.000	100% CDI + 3,20% a.a.	Outubro/2019	-	204.371
5ª emissão	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Dezembro/2020	398.644	-
Custo de transação				(6.990)	(8.159)
Total				789.837	729.538
Circulante				194.193	231.501
Não circulante				595.644	498.037

2ª emissão

Em 15 de fevereiro de 2013, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries, com garantia real. A 2ª emissão foi registrada na CVM em 25 de fevereiro de 2013 e tem as seguintes características:

- (a) O valor nominal unitário de emissão foi de R\$10. As séries possuem as seguintes características:
- 1ª série: o valor nominal unitário não será atualizado e serão remuneradas com 100% da variação da taxa Depósitos Interfinanceiros - DI e juros de 2,25% ao ano. O valor nominal unitário será amortizado em 13 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando-se em abril de 2014, com vencimento final em abril de 2020, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, nos meses de abril e outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em abril de 2013.
 - 2ª série: o valor nominal unitário será atualizado pelo IPCA e serão remuneradas com juros de 5,4% ao ano incidentes sobre o saldo devedor do valor nominal. O valor nominal unitário será amortizado em sete parcelas anuais e sucessivas, iniciando-se em outubro de 2014, com vencimento final em abril de 2020, e os juros remuneratórios serão pagos anualmente, no mês de outubro, ocorrendo o primeiro pagamento em outubro de 2013.
- (b) Essa operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (nota 21).

A Companhia poderá realizar, a partir de 15 de fevereiro de 2019, o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 1ª e 2ª séries na data de amortização das debêntures de cada série, mediante pagamento de prêmio.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

8. Debêntures--Continuação

3ª emissão

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 12 de janeiro de 2019. O montante total da emissão foi de R\$110.000, sendo 11.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 1,7% ao ano, cujos recursos serão destinados para reforçar o capital de giro da Companhia. No dia 04 de Julho de 2018 foram realizados pela sociedade resgates facultativos da totalidade das debêntures da 3ª emissão, conforme previsto em suas respectivas escrituras.

4ª emissão

Em 11 de outubro de 2017, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de outubro de 2019. O montante total da emissão foi de R\$200.000, sendo 20.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 3,2% ao ano, cujos recursos serão destinados para usos gerais, incluindo o refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro da Companhia. No dia 03 de Julho de 2018 foram realizados pela sociedade resgates facultativos da totalidade das debêntures da 4ª emissão, conforme previsto em suas respectivas escrituras.

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados têm sido utilizados pela Companhia para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

5ª emissão

Em 16 de junho de 2018, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos serão destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral da Cédula de Crédito Bancário, mencionada na nota 9.

Cláusulas restritivas

As debêntures da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas. A escritura completa das debentures está disponível no "website" do agente fiduciário www.pentagonotrustee.com.br e da Companhia.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Vencimento final	Taxa média de juros	30/09/2018	31/12/2017
Cédula de Crédito Bancário - CCB (a)	01/2019	100% CDI + 3,25% a.a.	-	45.045
Total			-	45.045
Circulante			-	-
Não circulante			-	45.045

- (a) Em 13 de outubro de 2016, a Companhia efetuou a emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com vencimento em 12 de maio de 2017. O montante total emitido foi de R\$45.000 e será remunerado pela variação de 100% do CDI mais 2,85% ao ano. Em 12 de maio de 2017, a Companhia firmou o 1º aditamento à esta operação que passou a ter seu vencimento em 30 de julho de 2018 e alterou a taxa de remuneração para CDI + 3,15% ao ano. A referida emissão não possui garantias e contém cláusula restritiva, prevendo antecipação do vencimento, na ocorrência de eventos que aumentem indevidamente o risco de inadimplimento das obrigações assumidas. Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia firmou o 2º aditamento à esta operação que passou a ter seu vencimento em 24 de janeiro de 2019 e alterou a taxa de remuneração para CDI + 3,25% ao ano.

Conforme mencionado na nota explicativa n 8, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, cujos recursos foram destinados para, dentre outros, o pagamento antecipado integral da Cédula de Crédito Bancário, em 28 de setembro de 2018.

10. Fornecedores

	30/09/2018	31/12/2017
De materiais	6.576	6.330
De serviços de engenharia	14.067	25.918
Total	20.643	32.248

11. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota 1.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

11. Credor pela concessão

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	Valor presente		Valor nominal (*)	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Direito de outorga (a)	-	11.221	-	11.385
Parcela variável (b)	674	660	674	660
Total	674	11.881	674	12.045

(*) Valores nominais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Refere-se ao preço fixo da concessão do serviço público, conforme mencionado na nota 1. Não há saldo devido em 30 de setembro de 2018, pois a sociedade pagou todas as parcelas do contrato até 05/2018.

(b) Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, este percentual foi reduzido em 50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2018 foram pagos ao Poder Concedente os montantes de R\$2.003 e 17.032, respectivamente (R\$0 e 11.385 referentes à parcela fixa do direito de exploração e R\$2.003 e 5.647 referentes à parte variável). Em 30 de setembro de 2017 foram pagos ao Poder Concedente os montantes de R\$8.775 e 25.708, respectivamente (R\$6.831 e 20.282 referentes à parcela fixa do direito de exploração e R\$1.944 e 5.426 referentes à parte variável).

12. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão para manutenção foram ajustados a valor presente à taxa de 6,5% ao ano, revisada anualmente, e provisionados a cada trecho de rodovia, com intervenções que ocorreram, em média, a cada quatro anos. A última intervenção iniciou-se em janeiro de 2014 e foi concluída em 2018.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção é conforme segue:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo inicial	86.373	94.788
Adição	12.331	50.665
Utilização	(98.704)	(59.080)
Saldo final	-	86.373

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. Obrigações fiscais

	30/09/2018	31/12/2017
Imposto de renda	6.565	10.459
Contribuição social	2.464	3.842
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.301	2.265
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	1.924	1.949
Outras	314	527
Total	13.568	19.042

14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Companhia tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais referentes às provisões tributárias.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

	31/12/2017	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	30/09/2018
Cíveis (a)	1.899	5.835	1.763	(16)	(1.016)	8.465
Trabalhistas (b)	1.819	5.809	2.109	(5.578)	(170)	3.989
Outras contingências (c)	6.316	478	-	(1.958)	-	4.836
Total	10.034	12.122	3.872	(7.552)	(1.186)	17.290

	31/12/2016	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2017
Cíveis (a)	1.470	866	147	(81)	(503)	1.899
Trabalhistas (b)	857	1.682	2	(477)	(245)	1.819
Outras contingências (c)	6.091	225	-	-	-	6.316
Total	8.418	2.773	149	(558)	(748)	10.034

(a) Refere-se a indenizações por acidentes ocorridos nas rodovias e a desapropriações.

(b) Refere-se a pedidos de horas extras excedentes e adicional de insalubridade, entre outros.

(c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários--Continuação

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias) no valor de R\$32.905 (R\$26.572 em 31 de dezembro de 2017), trabalhistas (horas extras e adicional de insalubridade, entre outros) no valor de R\$16.706 (R\$17.418 em 31 de dezembro de 2017) e processos administrativos (contestação de notificações aplicadas pelo Poder Concedente referente a gerenciamento de indicadores contratuais) no valor de R\$22.530 (R\$22.805 em 31 de dezembro de 2017) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão.

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais, no montante de R\$26.002 e R\$82.232, respectivamente, em 30 de setembro de 2018 (R\$24.325 e R\$74.001, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto pelos advogados. O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$87.829, e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o equivocado cenário.

15. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2018 e de dezembro de 2017 é de R\$71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo Infra Bertin Participações S.A. A Infra Bertin Participações S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 30 de setembro de

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

2018 e de 2017, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

15. Patrimônio líquido

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Reserva de lucros".

Conforme previsto na lei das Companhias por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de janeiro de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$15.000, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$113.448, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros", dos quais R\$98.889, foram compensados contra o saldo devedor da acionista da Companhia, AB Concessões S.A.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2018 foram pagos e compensados dividendos no total de R\$ 111.406, oriundos do saldo de reserva de lucros retidos.

16. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/2017	01/01 A 30/09/2017
Receita com arrecadação de pedágio	133.216	364.386	130.521	356.277
Receita de construção (*)	1.457	4.247	25.155	49.418
Outras receitas	4.331	12.918	4.326	13.049
Receita bruta	139.004	381.551	160.002	418.744
Deduções da receita:				
ISS	(6.807)	(18.620)	(6.588)	(17.983)
PIS	(938)	(2.582)	(911)	(2.501)
COFINS	(4.331)	(11.916)	(4.204)	(11.543)
Receita líquida	126.928	348.433	148.299	386.717

(*) Vide nota 2.d).

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

17. Custos e despesas por natureza

	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/2017	01/01 A 30/09/2017
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(8.235)	(17.574)	(13.940)	(40.014)
Despesas de amortização	(22.672)	(56.652)	(16.225)	(42.193)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(2.066)	(5.661)	(2.002)	(5.471)
Despesas com prestadores de serviços	(4.012)	(12.002)	(3.566)	(10.508)
Despesas com funcionários	(5.143)	(15.064)	(5.315)	(15.090)
Despesas com materiais e equipamentos	(2.620)	(8.114)	(2.367)	(7.310)
Custos com construção (*)	(1.457)	(4.247)	(25.155)	(49.418)
Outras receitas				
Vendas de imobilizado/sucata	6	132	62	170
Outras despesas	(8.762)	(14.526)	(3.076)	(8.588)
Total	(54.961)	(133.708)	(71.584)	(178.422)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(32.347)	(102.125)	(67.449)	(166.608)
Despesas gerais e administrativas	(22.620)	(31.715)	(4.199)	(11.984)
Outras receitas operacionais, líquidas	6	132	64	170
Total	(54.961)	(133.708)	(71.584)	(178.422)

(*) Vide nota 2.d).

18. Receitas e despesas financeiras

	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/2017	01/01 A 30/09/2017
Receitas financeiras				
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	2.504	6.903	1.433	4.669
Juros com partes relacionadas	11.457	39.007	18.778	61.746
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos - Hedge	5.952	13.108	12.042	31.480
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	4.034	74.269	-	-
	23.947	133.287	32.253	97.895
Despesas financeiras				
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	-	(164)	(643)	(1.258)
Variação do ajuste a valor presente do direito de exploração de concessão	-	-	615	319
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(21.234)	(57.437)	(16.819)	(57.364)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos - Hedge	(2.074)	(4.997)	(13.436)	(34.112)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	(5.562)	(78.009)	-	-
Outras despesas financeiras	(5.544)	(12.243)	(5.058)	(19.389)
	(34.414)	(152.850)	(35.341)	(106.754)
Resultado financeiro	(10.467)	(19.563)	(3.088)	(8.859)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

19. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

Básico e diluído	01/07 A 30/09/2018	01/01 A 30/09/2018	01/07 A 30/09/2017	01/01 A 30/09/2017
Lucro líquido do período	40.545	128.642	48.522	131.491
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	66,47	210,89	79,54	215,56

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

	30/09/2018	30/09/2017
Caixa desembolsado durante o período:		
Imposto de renda e contribuição social pago	-	57.912
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	(11.589)	(2.085)
Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	98.889	85.453

21. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Índice de endividamento

O índice de endividamento é o seguinte:

	30/09/2018	31/12/2017
Dívida	796.827	782.742
Caixa e equivalentes de caixa	(172.780)	(122.367)
Dívida líquida	624.047	660.375
Patrimônio líquido	368.477	368.283
Índice de endividamento líquido	1,69	1,79

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 1,69 em 30 de setembro de 2018 (1,79 em 31 de dezembro de 2017), como resultado da 2ª e 5ª emissão de debêntures públicas (nota 8). Os recursos da 2ª emissão foram destinados para amortização de dívidas de curto e longo prazo, bem como para a aquisição de debêntures simples emitidas por sua controladora com o objetivo de financiar investimentos em outra concessionária de rodovias (nota 5). Os recursos da 5ª foram destinados para: (i) o resgate antecipado total das debêntures da 3ª e 4ª emissão de debêntures; e (ii) o pagamento antecipado integral da Cédula de Crédito Bancário emitida em 13 de outubro de 2016.

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

1. O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexadas ao CDI.
2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações futuras de empresas vinculadas ao seu grupo controlador,

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

conforme apresentado na nota 5 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

4. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota 11, e está atualizado monetariamente e ajustado a valor presente até a data do balanço.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	528.669	546.019	482.740	497.719

(*) Valores brutos dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na nota 7.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Companhia conforme suas características:

	30/09/2018	31/12/2017
	Designados ao valor justo por meio do resultado	
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	172.780	122.367
	Empréstimos e recebíveis	
Contas a receber e partes relacionadas	30.765	28.573
Debêntures com partes relacionadas	618.872	678.754
Passivos		
	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Fornecedores e partes relacionadas	27.128	32.248
Debêntures - 2ª emissão - 1ª série / 3º, 4º e 5º emissão.	533.374	486.860
Empréstimos e financiamentos	-	45.045

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

Credor pela concessão	674	11.881
Outras contas a pagar	3.075	2.078

21. Instrumentos financeiros- Continuação

b) Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm como objetivos desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na nota 8, bem como a preservação desta variação, a partir de instrumentos financeiros derivativos, denominados “offset swaps” com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (*hedge*) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia mantinha os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o nível 2, pois considera outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A Companhia contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a Companhia contratou operações de *swap* a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou *swaps* para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o 30 de setembro de 2018 (Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

A posição desses derivativos em aberto, em 30 de setembro de 2018, é como segue:

<u>Descrição</u>	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nacional)	Valor justo ("fair value") 30/09/2018	Valor justo ("fair value") 31/12/2017	Efeito acumulado valor a receber (pagar)
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	34.181	24.250	9.931
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	177.554	126.100	51.454
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	44.284	31.400	12.884
Total				181.750	256.019	181.750	74.269
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	34.658	24.250	10.408
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	180.224	126.100	54.124
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	44.877	31.400	13.477
Total				181.750	259.759	181.750	78.009
Instrumentos financeiros, líquido							(3.740)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Durante o período, os contratos de “swap” designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das debêntures da 2ª Série foi ajustado em R\$4.932 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o 30 de setembro de 2018 (Em milhares de reais)

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referência (nacional)</u>	<u>Valor justo ("fair value") 30.09.18</u>	<u>Valor justo ("fair value") 31.12.17</u>	<u>Efeito acumulado Valor a receber (pagar)</u>
Contratos ponta ativa							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	35.337	33.360	1.977
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	183.751	173.473	10.278
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	<u>64.741</u>	<u>45.755</u>	<u>43.196</u>	<u>2.559</u>
Total				374.741	264.842	250.029	14.813
Contrato Ponta Passiva							
<i>Taxa pós</i>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	26.114	24.561	1.553
Banco Itau S.A.	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	135.738	127.666	8.072
Banco BTG Pactual	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	<u>64.741</u>	<u>33.817</u>	<u>31.806</u>	<u>2.011</u>
Total				374.741	195.669	184.033	11.636
Instrumentos financeiros derivativos, liquidados a realizar							69.173
Instrumentos financeiros, líquido							3.177
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							4.932
Pagamento de instrumento financeiro							0
Efeito no resultado do período – Receita financeira							8.110

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

A Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 30 de setembro de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários, e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de setembro de 2018;
- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2018;
- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de setembro de 2018.

	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	6,70%	8,38%	10,05%
Variação do IPCA (i)	-	4,30%	5,38%	6,45%
Empréstimos - indexador				
Debêntures - CDI	533.374	48.328	57.460	66.592
Debêntures - IPCA	260.346	19.456	23.849	28.241
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas - CDI	170.254	11.516	14.396	17.275
Debêntures ativas - CDI	618.872	51.644	64.555	77.465
Exposição líquida (perda)	4.594	4.624	2.358	93
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	-	-	2.266	4.531
"Swap" versus debêntures: (ii)				
Derivativos (risco de queda do IPCA)	-	981	2.454	4.913
Debêntures (risco de aumento do IPCA)	-	(981)	(2.454)	(4.913)

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o
30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Riscos de mercado--Continuação

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*--Continuação

- (i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2018.
- (ii) Considera o efeito da variação do CDI para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento do contrato, o que for menor, sobre as debêntures (nota 8) emitidas originalmente em IPCA (2ª série), após o efeito do "swap", que efetivou a troca do indexador de IPCA para CDI.

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar").

A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

A aplicação referente a perdas de crédito esperadas não resulta em valores significativos nos instrumentos financeiros da Companhia.

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As debêntures passivas, conforme mencionado na nota 8, foram emitidas tendo em vista o pagamento e alongamento dos empréstimos e financiamentos existentes, além do repasse de recursos à controladora, conforme mencionado na nota 5.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o Trimestre e período findos em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) *Risco de liquidez*--Continuação

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o Trimestre e período findos em 30 de setembro de 2018 (Em milhares de reais)

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (1)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Não circulante
Ativos circulantes e não circulantes									
Contas a receber	30.283	-	30.283	-	30.283	-	-	-	-
Partes relacionadas	619.354	78.547	-	-	-	-	697.901	-	697.901
Swap (líquido)	69.173	3.809	22.416	-	22.416	50.566	0	-	50.566
Outras contas a receber	13.899	-	-	13.899	13.899	-	-	-	-
Total	732.709	82.356	52.699	-	66.598	50.566	697.901	-	748.467
Passivos									
Debentures - Principal (**)	767.235	7.906	114.325	66.542	180.868	395.410	198.863	-	594.274
Debentures - Juros	26.485	78.064	18.779	37.871	56.650	44.519	3.380	-	47.899
Empréstimos e Financiamentos	-	0	-	-	0	-	-	-	-
Swap (líquido)	3.740	-8.853	6.038	-	6.038	11.151	-	-	11.151
Credor pela concessão	674	-	674	0	674	0	-	-	-
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	27.128	-	7.509	19.619	27.128	-	-	-	-
Outras contas a pagar	3.075	-	-	3.075	3.075	-	-	-	-
Total	828.337	77.117	147.325	127.107	274.432	428.779	202.243	-	631.022

(a) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 30 de setembro de 2018 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(b) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura da 4ª, 5ª e 6ª emissões das debêntures. As amortizações de principal da 2ª e 3ª séries tiveram atualização monetária pelo IPCA, conforme escritura.

Notas Explicativas

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias para o Trimestre e período findos em 30 de setembro de 2018
(Em milhares de reais)

22. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 30 de setembro de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	14.750	01/09/2020
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória)	43.950	01/09/2020
Seguro riscos responsabilidade civil	Danos materiais e corporais a terceiros	42.750	01/09/2020
Seguro-garantia	Funções de ampliação	10.806	01/09/2019
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	114.056	01/09/2019

23. Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

24. Aprovação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 14 de novembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações intermediárias

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.
Matão - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram examinados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação em 23 de março de 2018, e relatório de revisão sobre as informações trimestrais em 14 de novembro de 2017, ambos contendo ênfase relativa a transações significativas com partes relacionadas.

Campinas, 14 de novembro de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de Setembro de 2018 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da empresa e todos os demais aspectos relevantes correspondentes aos períodos apresentados.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

De acordo com artigo 25 da instrução CVM nº480/09, a diretoria declara que revisou o relatório com a opinião dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 30 de Setembro de 2018 da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A., e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tal opinião e parecer sobre as Demonstrações financeiras refletem adequadamente todos os aspectos relevantes da Companhia.